

MENSAGEIRO RURAL: UMA EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA NO RÁDIO¹

Jadnaelson da Silva Souza²

Universidade do Estado da Bahia

Resumo

Este trabalho apresenta uma reflexão sobre o uso do rádio em ações de extensão rural, considerando as características e as potencialidades do meio. A partir das discussões sobre o meio radiofônico e sobre as a conceituação de extensão rural e a trajetória histórica destes, busca-se demonstrar como o Programa Mensageiro Rural, transmitido pela Rádio Juazeiro AM, de Juazeiro-BA, se consolidou como um exemplo exitoso de uso do rádio para ações extensionistas. Utilizando-se da pesquisa bibliográfica e da pesquisa participante, percebeu-se que o rádio tem grande potencial para o desenvolvimento da extensão rural e o que o Mensageiro Rural utiliza todos os recursos ofertados pelo meio para a prática da extensão.

Palavras-chave

Rádio; Extensão Rural; Mensageiro Rural.

Introdução

O desenvolvimento socioeconômico do Brasil está, historicamente, ligado à agropecuária. Para se ter uma ideia, o agronegócio representou 26,6% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, em 2020, de acordo com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA/CNA). E não são só os grandes negócios que impactam na economia do país. A agricultura familiar é a principal atividade econômica de 90% dos municípios brasileiros e responde por mais de 74% da mão de obra empregada no campo, de acordo com o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário³.

Com números tão expressivos, com destaque para a agricultura familiar, era esperado que os produtores rurais, especialmente os pequenos, tivessem apoio

¹ Trabalho apresentado no GP de Rádio e Mídia Sonora, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Bacharel em Comunicação Social, com Habilitação em Jornalismo em Multimeios, pela Uneb. Mestrando do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos - PPGESA, pela Uneb. Email: jadnaelson.souza@ifsertao-pe.edu.br

³ Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/decada-de-esperanca-e-ascensao-para-a-agricultura-familiar>. Acesso em 10 de Ago. 2021.

governamental, no que concerne à extensão rural e assistência técnica, para o desenvolvimento das atividades produtivas. Mas não é o que acontece. Castro (2015) traça um breve histórico da decadência das ações governamentais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Brasil e constata que, atualmente, esse apoio é ofertado quase que de forma exclusiva por revendas de produtos agrícolas e empresas nacionais e multinacionais do setor.

Quando se analisa o impacto da falta de ATER na agricultura familiar desenvolvida no Semiárido Brasileiro, os reflexos são ainda mais profundos em função das particularidades de clima dessa região, que influenciam a vegetação, o relevo e a formação dos solos (ARAÚJO, 2011). A presença de características ambientais tão específicas impossibilita a simples transferência de tecnologias concebidas para outras realidades, impondo a necessidade de adoção de técnicas e abordagens que levem em conta o Semiárido de forma holística (MALVEZZI, 2009).

Nesse cenário, o rádio se transforma em um meio ainda mais importante para a transmissão de informações, especialmente as de cunho técnico, aos pequenos produtores. Pelo baixo custo de produção, a mobilidade, a linguagem oral e a penetrabilidade, o rádio se transforma no meio ideal para a realização de iniciativas de ATER. Algumas dessas ações são ou já foram desenvolvidas em diversas partes do Brasil. No Semiárido, especificamente nos sertões baiano e pernambucano, se destaca o Programa Mensageiro Rural, que há 35 anos faz parte da rotina de agricultores, criadores e comunidades do entorno de Juazeiro-BA e Petrolina-PE.

O presente trabalho se propõe a refletir sobre o rádio como meio de desenvolvimento de ações extensionistas, a partir da experiência do Programa Mensageiro Rural. Para isso, lança-se mão de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, utilizando como aporte teórico autores como Freire (1982), Peixoto (2008) e Silva (2017) para discutir a extensão rural; Ortriwano (1985), McLuhan (1971), Kaplún (2017) e Santos e Galdino (2018) ajudam a refletir sobre o rádio, sua história e características e a imprensa na região pesquisada; por fim, têm-se ainda as contribuições de Santos (2017) nas discussões sobre jornalismo contextualizado com o semiárido brasileiro.

Este artigo serve-se ainda do método de pesquisa participante para investigar a produção do Programa Mensageiro Rural. O autor fez parte da equipe do programa entre os anos de 2007 e 2013, período em que reuniu informações, realizou entrevistas e

preservou roteiros dos programas produzidos. De acordo com Peruzzo (2005), neste tipo de pesquisa, “o pesquisador interage com o grupo pesquisado, acompanha as atividades relacionadas ao ‘objeto’ em estudo e desempenha algum papel cooperativo no grupo” (p.137)

Portanto, este trabalho subdivide-se em três tópicos. O primeiro trata do rádio enquanto meio de comunicação consolidado no cenário nacional e que vem passando por profundas mudanças, frente ao avanço tecnológico. O segundo ponto conceitua ATER e apresenta o percurso histórico do serviço no Brasil. Por fim, a última parte apresenta a experiência do Programa Mensageiro Rural, sua rotina produtiva e contribuições para a comunicação nos sertões baiano e pernambucano.

O rádio: um senhor saudável

Soa redundante afirmar a acelerada, impactante e global transformação nas formas e hábitos de comunicação frente ao avanço das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (RODRIGUES, 2016). No entanto, apesar de repetida, essa é uma premissa fundamental para compreender a força e a importância do rádio no cenário comunicacional brasileiro.

De acordo com a pesquisa *Mídia Dados Brasil 2020* para Todxs, realizada pelo Grupo de Mídia São Paulo, em 2020, o Brasil tinha quase 7.000 emissoras de rádio espalhadas pelo país, com penetração de 62% entre a população pesquisada. Outra pesquisa, a *Inside Radio*, realizada pelo instituto Kantar Ibope Media também em 2020, aponta que o rádio é ouvido por 78% dos participantes da pesquisa, espalhados por 13 regiões metropolitanas estudadas. Pelo levantamento, 3 em cada 5 ouvintes escutam rádio todos os dias e cada um passa cerca de 4h41 na audiência rádio diariamente.

A popularização do uso da internet em dispositivos móveis e o fortalecimento da convergência midiática mudaram os hábitos de consumo da audiência radiofônica (LOPEZ, 2010), mas não significaram a morte do rádio. Pelo contrário. Ainda na pesquisa produzida pelo Kantar Ibope Media, há a informação de que, dos entrevistados, 81% ouviram transmissões pelo rádio comum, em 2020. E a pandemia do coronavírus (SARS-CoV-2) aumentou esse consumo de produções radiofônicas. De acordo com a pesquisa, 75% dos entrevistados afirmaram ouvir o meio na mesma medida, até mais, que antes do isolamento social. Já 17% disseram ouvir muito mais rádio após o período de isolamento provocado pela pandemia.

Os dados apresentados reforçam o protagonismo do rádio no cenário comunicacional nacional. Esse destaque pode ser explicado pelas qualidades inerentes ao meio radiofônico, que o torna acessível e afetivamente querido pela audiência. Ortriwano (1985) destaca como características do rádio a linguagem oral, a penetração, a mobilidade, a autonomia e a “sensorialidade” (p.78). Kaplún (2017) elenca ainda outros atributos (aos quais ele se refere como vantagens): ampla difusão popular, simultaneidade, instantaneidade, largo alcance, baixo custo per capita e acesso direto às casas dos destinatários (p. 46, 47).

Esse conjunto de predicados confere ao rádio um status privilegiado entre os meios de comunicação: o de íntimo da audiência. Essa intimidade gera uma afetividade entre o ouvinte e o meio (FRAGA *et al.*, 2017). Kaplún (2017), ao analisar as possibilidades e recursos que podem ser explorados na comunicação radiofônica, destaca, entre outros, o caráter afetivo do rádio. Essa característica, segundo o autor, é potencializada pela atuação do rádio no sentido auditivo que está “mais ligado às vivências afetivas do homem” (p. 58), por isso, “por ser um meio auditivo, o rádio é mais propício à palavra-emoção que à palavra-conceito. Um ingrediente estético, emocional e afetivo deve estar sempre presente na comunicação se a queremos eficaz.” (p. 60)

Esse caráter afetivo, íntimo, do rádio reforça um conceito clássico cunhado por Marshall McLuhan (1979): o rádio como tambor tribal. No clássico “Os meios de comunicação como extensões do homem”, o teórico canadense destaca a capacidade do rádio de reduzir o mundo a uma aldeia. McLuhan tratou detidamente desse caráter intimista que o rádio proporciona, pontuando que

O rádio afeta as pessoas, digamos, como que pessoalmente, oferecendo um mundo de comunicação não expressa entre o escritor-locutor e o ouvinte. Este é o aspecto mais imediato do rádio. Uma experiência particular. As profundidades subliminares do rádio estão carregadas daqueles ecos ressoantes das trombetas tribais e dos tambores antigos. Isto é inerente à própria natureza deste meio, com seu poder de transformar a psique e a sociedade numa única câmara de eco. [...] O rádio possui o seu manto de invisibilidade, como qualquer outro meio. Manifesta-se a nós ostensivamente numa franqueza íntima e particular de pessoa a pessoa, embora seja, real e primeiramente, uma câmara de eco subliminar cujo poder mágico fere cordas remotas esquecidas. (p. 336, 337 e 338, 339)

Esse conjunto de características e interações entre meio e audiência explica, em parte, o sucesso do rádio no mundo e no Brasil, onde o meio já tem uma história de 99

anos oficialmente – considerando a primeira transmissão em 7 de setembro de 1922, no Rio de Janeiro -, mas que de forma não-oficial já conta 102 anos – quando registrada a transmissão ocorrida em Recife, no dia 6 de abril de 1919 – (ORTRIWANO, 2002-2003, p. 67).

Nessa trajetória histórica, sem dúvidas, o período de maior glória do rádio brasileiro foi a década de 1940, a chamada “era de ouro do rádio no Brasil”. Esse período ficou marcado pelo aumento da produção radiofônica no país e em formatos variados, como radionovelas (Em Busca da Felicidade, da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, foi a primeira produção do tipo e estreou em 1942), os radiojornais, que se fortaleceram nesse ínterim (o “Repórter Esso”, o “Grande Jornal Falado Tupi” e o “Matutino Tupi” surgiram nessa década) e a os programas esportivos (ORTRIWANO, 1985).

Esse período mais profícuo do rádio brasileiro termina na década de 1950, com a chegada da televisão. O novo meio encontrou no rádio os astros e estrelas de que precisava, os formatos para seus programas e os anunciantes para financiar a novidade. Esse movimento forçou o rádio a tomar novas direções, se reinventar. Uma das mudanças foi a regionalização do meio, “no sentido de atender as necessidades regionais, principalmente ao nível de informação” (ORTRIWANO, 1985, p. 21).

É nesse contexto histórico que surge a primeira rádio do Vale do São Francisco, na cidade de Juazeiro, na Bahia. A Rádio Juazeiro foi inaugurada em 12 de julho de 1953, com o prefixo ZYN-21, potência de 250 watts e ondas médias de 240 metros (SANTOS; GALDINO, 2018, p. 33). Na contramão das mudanças que aconteciam na programação do rádio brasileiro, a emissora pioneira em Juazeiro e região investiu em grandes produções que lembravam a “era de ouro do rádio”.

Curioso observar que a primeira estação de rádio instalada na região começa a funcionar justamente no período em que o veículo passa pela sua pior crise no país. E, mesmo em tempos de adaptação nacional, a Rádio Juazeiro ignorou as mudanças e reviveu a fase áurea do veículo, com os programas de auditório realizados ao vivo na própria emissora. (SANTOS; GALDINO, 2018, p. 35)

Santos e Galdino (2018) mapearam 9 emissoras de rádio comerciais e 3 comunitárias em Juazeiro-BA e Petrolina-PE no ano da pesquisa. Esses números expressam a força que o meio radiofônico tem na região, tendo sido utilizado “como instrumento de educação e formação da população rural e, ainda hoje, é uma forte ferramenta de articulação política, tanto para promover a informação e a autonomia da

população quanto para fortalecer grupos políticos de variadas legendas na disputa de poder.” (SANTOS; GALDINO, 2018, p.32).

Atendo-se apenas à primeira informação da sentença das autoras – o rádio como ferramenta de educação e formação da população rural -, tem-se no Programa Mensageiro Rural um exemplo claro desta função. Há 35 anos, portanto mais da metade da história da Rádio Juazeiro, o programa exerce função formativa e educadora junto às comunidades da região onde está inserido. Exercício que se dá a partir da reunião de conhecimentos técnicos sobre agronomia, medicina veterinária, zootecnia e outras disciplinas das ciências agrárias com o domínio das técnicas de comunicação no rádio. Tudo isso potencializado pela força do meio radiofônico.

A próxima seção traz uma reflexão sobre essa prática de troca de conhecimentos entre agricultores e pequenos produtores pecuários e os técnicos formados nas escolas de ciências agrárias. Tentar-se-á chegar a um conceito de extensão rural, perpassado pelas discussões em torno desta prática. Além disso, procura-se estabelecer uma linha temporal dos serviços de extensão no Brasil. Esse percurso será importante para que compreenda-se o contexto do Programa Mensageiro Rural, foco deste trabalho.

Extensão rural: trajetória e conceitos

Definir extensão rural não é uma tarefa simples, em função da quantidade considerável de conceitos diversos existentes na literatura. Dambrós e Arl (2015) apresentam um apanhado de definições sobre a extensão, considerando contextos e origens diferentes. Cada autor desenvolve um conceito a partir de suas crenças e experiências e, na maior parte delas, a comunicação perpassa o processo.

Rölling (*apud* DAMBRÓS; ARL, 2015) para quem a extensão é uma intervenção técnica, por meio da comunicação, desenvolvida por instituição. Já Riascos (*apud* DAMBRÓS; ARL, 2015) usa um conjunto de ações para definir extensão rural, como “educação para a população rural; [...] ajudar o povo a ajudar a si mesmo.” (p. 105). Sánchez de Puerta (*apud* DAMBRÓS; ARL, 2015) vai definir extensão em diversas formas, que dependem do nível de envolvimento do público beneficiário. Para o autor, a extensão rural pode ser vista como informação, assessoramento, como educação, comunicação, animação ou ação política.

Esta definição multifacetada proposta por Sánchez de Puerta aproxima-se do entendimento de Peixoto (2008), que entende a extensão rural também como um

processo que se dá em vários âmbitos e de diferentes maneiras. O autor propõe conceituar a extensão de três formas: como processo, como instituição e como política.

Pela primeira definição, o processo, a extensão rural seria a ação de estender o conhecimento da fonte geradora ao receptor final, no caso, o produtor rural. Essa definição restrita, quase literal, recebe críticas pelo automatismo e imposição de saberes. O próprio Peixoto (2008) informa que, como processo, hoje a extensão rural é vista de maneira mais ampla, sendo “entendida como um processo educativo de comunicação de conhecimentos de qualquer natureza, sejam conhecimentos técnicos ou não.” (p. 7). Por esse entendimento último, a extensão se distancia da assistência técnica, porque esta, por sua vez, não tem objetivos educativos.

Este último entendimento sobre o que é a extensão rural encontra importante voz defensora em Freire (2013). O autor apresenta críticas à prática extensiva realizada de forma impositiva, unidirecional e não-dialógica, que incorre em uma “domesticação” dos saberes práticos dos agricultores. Freire (2013) refuta a “extensão educativa” que não se dá em uma prática de respeito e liberdade, que não compreende que fazer extensão rural “não é estender algo desde a ‘sede do saber’ até a ‘sede da ignorância’ para ‘salvar’, com este saber, os que habitam nesta.” (p. 16). Freire (2013) propõe, então, a adoção de uma prática de extensão como um processo comunicativo, de troca, diálogo e escuta.

Por fim, nos parece claro o equívoco ao qual nos pode conduzir o conceito de extensão: o de estender um conhecimento técnico até os camponeses, em lugar de (pela comunicação eficiente) fazer do fato concreto ao qual se refira o conhecimento (expresso por signos linguísticos) objeto de compreensão mútua dos camponeses e dos agrônomos.

Só assim se dá a comunicação eficaz e somente através dela pode o agrônomo exercer com êxito o seu trabalho, que será coparticipado pelos camponeses. (FREIRE, 2013, p. 61)

Voltando a Peixoto (2008), o autor esclarece que, como instituição, a definição de extensão está relacionada às organizações públicas, independente da natureza jurídica, que prestam serviços de ATER. “A expressão ‘extensão rural’ é entendida, neste caso, como a instituição, entidade ou organização pública prestadora de serviços de Ater nos estados.” (p. 8).

Por fim, ainda segundo Peixoto (2008), a extensão rural pode ser compreendida como política pública. Estas políticas podem ser traçadas pelas três esferas de governo

(federal, estaduais e municipais), através de instrumentos legais ou de programas específicos e podem ser executadas por entes públicos ou privados. Peixoto afirma que

há uma relação entre a política e o modelo de extensão rural resultante, adotado por um país, e as estruturas institucionais que se consolidam. Conforme uma ou outra forma de prestação do serviço seja privilegiada (pelo Estado e/ou pela sociedade) é possível identificar, em linhas gerais, o modelo adotado, que pode ser público ou privado, pago ou gratuito. (2008, p. 9)

É justamente neste âmbito, da extensão como política, que o serviço sofreu um desmonte no Brasil, ao longo dos últimos anos. A extensão rural começou no país de forma institucional e bem definida (antes, houve algumas iniciativas rudimentares e diluídas em outras políticas públicas) em 1948, em Minas Gerais, com a Associação de Crédito e Assistência Rural (Acar), sob um modelo cooperativo desenvolvido nos EUA, no início do século XX e que foi financiado por organizações públicas e privadas daquele país (SILVA, 2017, p.7).

Apenas na década seguinte, o serviço de extensão no Brasil se consolidou como política pública financiada pela União. Nesse período, foi estabelecido o Sistema Brasileiro de Extensão Rural (Siber), “que contou com apoio financeiro e institucional do governo” (SILVA, 2017, p. 8). Décadas mais tarde, durante o governo militar, a prioridade das políticas públicas foi o aumento da produção agrícola, baseada em insumos químicos e outras tecnologias. Nesse cenário, a extensão se pauta na promoção dessas mudanças e termina por privilegiar os médios e grandes produtores, “eis o fim a que se destina a ATER” (SILVA, 2017, p. 8).

Um marco importante na história da extensão rural no Brasil é a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), criada em 1974, a partir da estatização do Siber.

A EMBRATER estava integrada à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), ambas com autorização para dar suporte financeiro às instituições estaduais oficiais que atuassem em ATER e pesquisa agropecuária. Essa mudança refletia a incorporação maciça de tecnologias para a melhoria da produtividade agrícola do País. (SILVA, 2017, p. 9)

Nos anos 1990, a prevalência de políticas econômicas neoliberais no Brasil levou à extinção da Embrater. Isso significou também o fim de uma coordenação central para as ações de extensão, sendo esse serviço agora dependente de políticas dos governos estaduais. Na Bahia, estado onde o Programa Mensageiro Rural é produzido e

transmitido, criou, em 1992, a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), que foi extinta em 2015. As ações de extensão só voltam a ter uma coordenação federal, liderada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 2005, com a publicação do Programa Nacional para Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater), que teve suas bases definidas pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) instituída em 2004. “A partir de então a ATER, conduzida pelo MDA, é direcionada para os agricultores familiares de baixa renda.” (SILVA, 2017, p.10).

Em 2010, uma segunda PNATER foi sancionada definindo a ATER como

serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (BRASIL, 2010).

Essa PNATER orientou as ações públicas de extensão rural no Brasil, sob o comando do MDA, até 2016, através de chamada pública de editais. Naquele ano, já durante a gestão do ex-presidente Michel Temer, o ministério foi extinto e as chamadas públicas do Governo Federal paralisadas (SILVA, 2017). Agora, na gestão Bolsonaro, o cenário de desmonte da extensão rural se acirrou. De acordo com o Coordenador Geral do Centro Sabiá e especialista em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, Alexandre Henrique Pires, as principais ações danosas do atual governo à extensão rural são a desestruturação do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) e a dissolução das estruturas políticas para a agricultura familiar dentro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.⁴

É nesse contexto que o Programa Mensageiro Rural, há 35 anos, se transformou em um importante espaço de troca de saberes e informações sobre a produção agrícola e pecuária no Semiárido brasileiro. Aliando uma equipe técnica formada por profissionais das ciências agrárias e, em um período mais recente, com estudantes e profissionais de comunicação com as possibilidades do rádio, o programa se tornou uma referência na região onde é produzido e veiculado. A próxima seção apresenta um pouco da história da produção e a rotina produtiva da equipe.

Programa Mensageiro Rural: uma experiência que deu certo

⁴ FLÁVIO, Gerson. Impactos da pandemia e do governo Bolsonaro sobre a agricultura familiar. **Agrega**. Caruaru, 6 de mai. de 2021. Disponível em: <http://www.agrega.org.br/2021/05/06/impactos-da-pandemia-e-do-governo-bolsonaro-sobre-a-agricultura-familiar/>. Acesso em 12 de ago. de 2021.

Domingo, 20 de julho de 1986, dois jovens agrônomos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia (Ematerba) ocupam o estúdio da Rádio Juazeiro AM Estéreo 1190 Khz. Ali começava a história do principal programa de rádio pensado para o público da zona rural no Vale do São Francisco. Os dois rapazes eram Erinaldo Bezerra da Silva e José Humberto Félix de Souza. O programa era o Mensageiro Rural, que desde aquele dia nunca ficou um só domingo fora do ar. Na verdade, nem mesmo eles acreditavam no sucesso e na longevidade do programa.

A iniciativa da criação do Mensageiro Rural partiu de um levantamento da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater). A pesquisa tinha o objetivo de conhecer as iniciativas de ATER que utilizavam o rádio como meio de chegar até os agricultores. A investigação descobriu que a Bahia era o único estado brasileiro que não se servia do rádio para a prática da extensão rural. (SOUZA, 2020)

A iniciativa logo foi reconhecida e ficou vinculada à Ematerba por 11 anos, até 1997. Neste período, o programa saiu do planejamento estratégico da empresa, em um contexto histórico, abordado anteriormente, de políticas neoliberais e enfraquecimento da extensão rural. Apesar disso, o programa não parou. José Humberto permaneceu à frente do Mensageiro Rural, que se tornou uma produção independente, com horário pago na emissora e a presença de anúncios comerciais.

Em 2007, o Mensageiro Rural se tornou também um projeto de extensão universitária, do Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais (DTCS) da Universidade do Estado da Bahia. Vinculado, inicialmente, ao curso de Agronomia, o projeto passou a receber estudantes como bolsistas, que tiveram a oportunidade de passar por todas as etapas do programa, da produção, checagem de informações técnicas à apresentação ao vivo. Anos depois, o projeto passou a também receber estudantes do curso de Comunicação Social, com Habilitação em Jornalismo em Múltiplos Meios, do Departamento de Ciências Humanas (DCH), da mesma universidade (SOUZA, 2020).

Atualmente, o Mensageiro Rural é apresentado por José Humberto, que agora é professor da Uneb, e o também professor de agronomia da mesma universidade, Rubens Carvalho, além do jornalista Carlos Humberto. O programa tem duas horas de duração e vai ao ar todos os domingos, a partir das 6h. Ao todo, são sete quadros fixos e muitas participações de ouvintes por telefone, cartas e, nos últimos anos, e-mail e *WhatsApp*.

O planejamento do Mensageiro Rural ocorre durante toda a semana que antecede a edição do programa e respeita todas as etapas de preparação de uma produção

radiofônica, como: reunião de pauta, produção, elaboração de roteiro e entrevistas e redação (BARBEIRO e LIMA, 2003). As reuniões de pauta do programa acontecem aos sábados e envolvem todos os membros da equipe. Nela, são discutidos assuntos que podem entrar na edição do dia seguinte, são editadas as entrevistas gravadas previamente e tem se um panorama das 2h, ao vivo, no domingo.

Em função da duração longa do programa e das características de interatividade – com participações não programadas dos ouvintes, muitas vezes apresentando informações novas sobre procedimentos adotados em suas produções e que estão dando certo –, não há a elaboração de *script* fechado. É elaborado apenas um pequeno *script* com as manchetes e um roteiro com os quadros do programa. Essa opção técnica/estética confere maiores possibilidades de adequação do curso do programa ao longo da edição, além de valorizar a interação com a audiência, o que, segundo Nunes (*apud* GALARÇA, 2016), cria novas mensagens partindo da ação de vários atores envolvidos no processo dialógico.

Os quadros fixos do programa são: a cotação dos produtos no Mercado do Produtor de Juazeiro, os postos de trabalho disponíveis no Sistema Nacional de Emprego – Bahia, “a receita de hoje”, o quadro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro, as notícias do esporte amador da região, o “Informe técnico” e o “Mensageiro Rural responde”. As seções, e os assuntos tratados nelas, estão ligadas à realidade da região, já que “o programa tem como objetivos estabelecer diálogo com as comunidades rurais e transmitir informações técnicas para os agricultores, que enviam dúvidas e sugestões por meio de cartas, e-mail’s e *WhatsApp*.” (SOUZA, 2018).

O Programa Mensageiro Rural pratica o que Santos (2017) conceitua como Jornalismo Contextualizado com o Semiárido Brasileiro. A autora propõe que as produções jornalísticas saiam da “subjetividade e obscuridade do determinismo climático” (SANTOS, 2017, p. 172) e tratam o Semiárido Brasileiro (SAB) sem a visão estereotipada de que este é um lugar sem vida, inviável e reduzido à seca. Acredita-se que o Mensageiro Rural exercita este conceito na medida em que as pautas são pensadas de maneira a apresentar a melhor maneira de aproveitar as potencialidades do semiárido, bioma predominante no SAB.

Tendo como exemplo o quadro “Informe Técnico”, nota-se a prevalência de informações sobre a convivência com o semiárido, como o manejo sustentável da caatinga, o aproveitamento de dejetos produzidos por animais (fezes e urina) para

adubar plantas e soluções agroecológicas para o controle de pragas e doenças. Já o quadro dedicado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro apresenta as ações de organização dos pequenos agricultores e dos empregados de grandes empreendimentos agrícolas da região, demonstrando a importância da adoção de ações coordenadas na defesa de direitos trabalhistas e na busca por mais qualidade de vida.

Essa relação direta com a realidade local e produção de informação para diferentes âmbitos da vida do ouvinte – o desenrolar do campeonato amador de futebol, os preços de produtos agrícolas, a organização político-sindical, as dicas manejo agroecológico ou as receitas com produtos comuns na caatinga – faz do Mensageiro Rural um exemplo de ação concebida como crítica reflexiva da extensão rural.

Nesta compreensão, a extensão responde as aspirações surgidas em um contexto de profundas transformações socioambientais e políticas. Assim, a concepção crítica reflexiva é marcada pela proposição de “alternativas que enfatizavam entre outros arranjos, o planejamento participativo como forma de desenvolver projetos, voltados à construção da cidadania, com pequenos agricultores.” (FASER *apud* DAMBRÓS; ARL, 2015, p. 125).

O Programa Mensageiro Rural se mostra consolidado, não só pela longevidade, mas também pelo reconhecimento da audiência e de instituições. A iniciativa já recebeu alguns prêmios, como o de “Melhor trabalho de Extensão Rural desenvolvido no ano de 1987”, além de ter sido vencedor do ‘Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo’ em 1999, considerado Veículo Rádio Destaque Nacional.” (SOUZA, 2018).

Esse reconhecimento (e por que não sucesso?) está atrelado à forma de fazer extensão rural através do rádio adotada pelo Mensageiro Rural. Percebe-se nas escolhas técnicas e estéticas (uso de *background* regionalista, adoção de linguagem popular, uso do improvisado) um esforço para utilizar bem todas as possibilidades que o rádio oferece na transmissão de informação. Kaplún (2017) elenca quatro grandes recursos deste meio: poder de sugestão, comunicação afetiva, relação de identificação e empatia.

Em uma análise dos programas, percebe-se que os apresentadores do Mensageiro Rural conseguem operar satisfatoriamente esses recursos apresentados por Kaplún (2017). Talvez o último recurso, a empatia, seja o melhor trabalhado pela equipe, na medida em que os comunicadores fazem com que os ouvintes se sintam parte do programa, falando a mesma linguagem, dividindo com a audiência problemas comuns, o que permite que o espectador se veja nos apresentadores.

É com base na empatia, ou seja, com base na nossa capacidade de assumir a situação e o universo mental do nosso destinatário, que este se sentirá refletido e compreendido e poderá superar a sensação negativa de verticalidade e unidirecionalidade. Alcançando esta comunicação empática, o ouvinte já não se sentirá como ausente, excluído da emissão, enfrentando conteúdos impostos, mas, bem ao contrário, vai considerar-se presente de certo modo no programa, vivendo-o e participando dele. (KAPLÚN, 2017, p. 62, 63)

Desta maneira, o Programa Mensageiro Rural se tornou parte importante da história do rádio e da prática extensionista na Bahia. A produção permite vislumbrar possibilidades reais de utilização do meio radiofônico para chegar até os produtores de comunidades afastadas, fazê-los sentir-se parte do processo de extensão, sem deixar de valorizar os saberes do homem e da mulher do campo.

Considerações finais (ou “Um forte abraço, gente amiga do campo e da cidade”)

Todos os domingos, por volta das 8h da manhã, o professor de agronomia, José Humberto, solta seu bordão já conhecido pelos ouvintes: “Um forte abraço, gente amiga do campo e da cidade”. Essa é a forma que ele encerra o Programa Mensageiro Rural, que há 35 anos é apresentado na Rádio Juazeiro. A partir da análise dessa produção é possível compreender um pouco da história do rádio na Bahia e da extensão rural.

A escolha por fazer extensão rural no rádio se torna mais fácil de compreender, depois das discussões apresentadas. Um veículo com características tão específicas, como o rádio, que facilitam a recepção (como é caso da mobilidade, da linguagem oral e da autonomia) e que o aproximam da audiência, com a capacidade de estabelecer uma relação íntima, cúmplice, entre o ouvinte e o comunicador, possibilita o desenvolvimento de um processo de extensão rural massivo, mas da forma que Paulo Freire defendeu: dialógico, pautada na conversa, na comunicação.

Este conceito de extensão defendido por Paulo Freire se difere muito do que historicamente foi praticado no Brasil. Adotando um modelo estabelecido pelo EUA, transposto para a realidade brasileira, o país demorou a ter políticas de ATER institucionalizadas e promovidas pelo Estado. Depois de instituída, estas políticas na maior parte da história foram omissas com os pequenos produtores, deixando-os à mercê da própria sorte, privilegiando a transferência de tecnologias para as grandes lavouras. Na atualidade, o que era ruim ficou ainda pior, com o desbaratamento da pouca estrutura pública destinada às ações de extensão.

Assim, nesse contexto de desmonte institucional da política de ATER, o Mensageiro Rural firma-se como importante espaço para a extensão rural nos sertões baiano e pernambucano. Com uma abordagem técnica, mas em linguagem popular, e valorizando os saberes populares e as potencialidades do Semiárido Brasileiro, o programa presta um valoroso serviço à sua audiência.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Sérgio Murilo Santos de. A região semiárida do Nordeste do Brasil: Questões ambientais e possibilidades de uso sustentável dos recursos. **Rio Eletrônica**, Paulo Afonso, ano 5, n 5, p. 89-98, 2011.

CASTRO, César Nunes de. Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, Brasília, n. 12, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6492?mode=full>. Acesso em: 11 de ago. 2021

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA) E CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (CNA). **PIB do agronegócio brasileiro de 1996 a 2018**. Disponível em: < <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx> >. Acesso em 11 de ago. 2021.

DAMBRÓS, Olivo; ARL, Valdemar. **Da Extensão Rural à Construção Social do Conhecimento**: um desafio para o desenvolvimento local sustentável.

FRAGA, Kátia de Lourdes. *et al.* A relação das sociedades rurais com o rádio na contemporaneidade. **Revista Espacios**, Caracas, v. 38, n 34, p. 19-30, 2017. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n34/17383419.html>. Acesso em: 12 de ago. 2021.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GRUPO DE MÍDIA DE SÃO PAULO. **Mídia dados Brasil 2020 para todxs**. Disponível em: <https://midadados2020.com.br/midia-dados-2020.pdf>. Acesso em 10 de ago. 2021.

KANTAR IBOPE MEDIA. **Inside Radio 2020**. No ritmo da transformação. Disponível em https://www.kantaribopemedia.com/wp-content/uploads/2020/09/INSIDE-RADIO-2020_Kantar-IBOPE-Media.pdf. Acesso em: 10 de ago. 2021.

KAPLÜN, Mario. **Produção de programas de rádio**: do roteiro à direção. Florianópolis: Insular, 2017. Tradução de: Eduardo Meditsh e Juliana Gobbi Betti.

LOPEZ, Debora Cristina. **Radiojornalismo hipermediático: tendências e perspectivas do jornalismo de rádio all news brasileiro em um contexto de convergência tecnológica.** Covilhã: Labcom, 2010.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-Árido: uma visão holística.** 2 ed. Brasília: Confea, 2009.

MCLUHAN, Marshall. **Os Meios de Comunicação como extensões do homem.** São Paulo: Cultrix, 1971.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos.** São Paulo: Summus, 1985.

_____, Gisela Swetlana. Radiojornalismo no Brasil: fragmentos de história. **Revista Usp**, São Paulo, v. 56, p. 66-85, 2003.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão rural no Brasil** – Uma abordagem histórica da legislação. Centro de Estudos e Consultoria do Senado. Distrito Federal. (Textos para Discussão 48), p. 50, 2008. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>. Acesso em 10 de ago. 2021

SANTOS, Fabíola Moura Reis. **O Sertão que a TV não vê: O Jornalismo Contextualizado com o Semiárido Brasileiro.** Juazeiro, BA: Edufpi, 2017.

SANTOS, Fabíola Moura Reis; GALDINO, Juliana Ribeiro de Amorim. **Vozes do rio: a história do rádio em juazeiro e petrolina.** Salvador: Eduneb, 2018.

SILVA, Edna Maria da. A trajetória da assistência técnica e extensão rural no Brasil. In.: Congresso ALAS, 31, 2017, Montevideo. **Anais [...].** Montevideo. Disponível em: https://www.easyplanners.net/alas2017/opc/tl/8119_silva_edna_maria.pdf. Acesso em: 09 de ago. 2021

SOUZA, Jadnaelson da Silva. Extensão Rural no rádio: o exemplo do Mensageiro Rural In: WORKSHOP NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO BRASILEIRO, 9., 2020, Juazeiro. **Anais [...].** Juazeiro: Universidade do Estado da Bahia. Ppgesa, 2020. p. 166-170. Disponível em: https://5613d587-67bb-4147-bade-095fde2ad02f.filesusr.com/ugd/c2492e_fcfa2efd0c414bb98dc3ee7b861575d3.pdf?index=true. Acesso em: 01 jun. 2021.

SOUZA, José Humberto Félix de. Programa Mensageiro Rural comemora 32 anos no ar. **Rede GN.** Juazeiro, 20 de jul. 2018. Disponível em: https://www.redegn.com.br/?sessao=noticia&cod_noticia=105256. Acesso em 10 de ago. de 2021.